



portalbenews.com.br

LEI DOS PORTOS Antaq e Fenop elogiam avanço; líderes portuários buscam apoio contra mudanças ▶ **p4**

MISSÃO NA EUROPA Brasil e Portugal alinham estratégias para expansão portuária e aumento de voos ▶ **p5**

Sérgio Francés/MPor

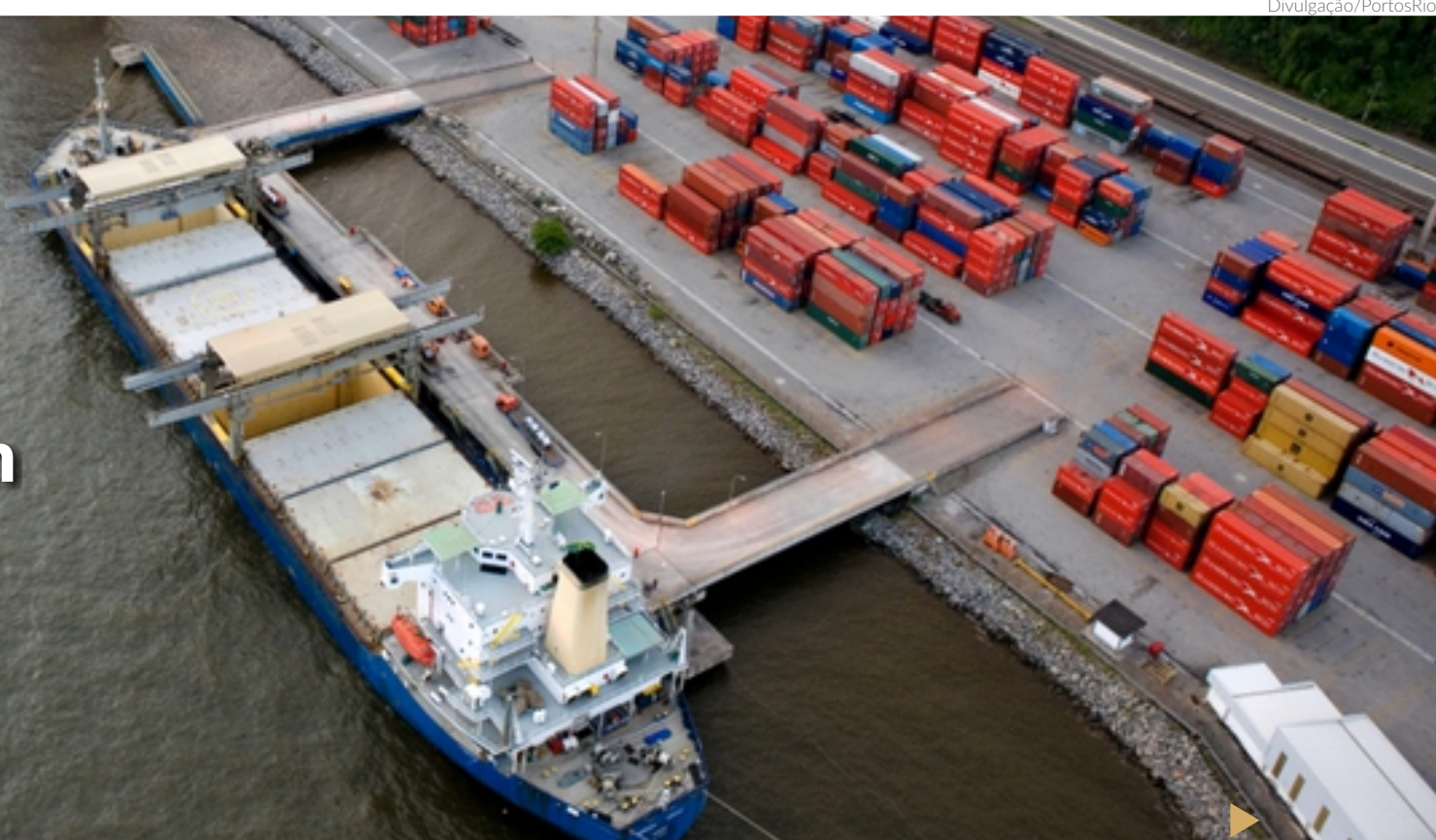


MPor e ATP se unem para reduzir emissões nos portos

Novo pacto inclui incentivos do Governo Federal ao setor privado para adaptação energética sustentável ▶ **p3**

Divulgação/PortosRio

Governo lança leilões de terminais portuários com investimento de R\$ 3,6 bi
▶ **p5**



SÃO PAULO TCU dá sinal verde para prorrogação da concessão do Aeroporto de Guarulhos ▶ **p6**

FÓRMULA 1 Aeroporto de Viracopos começa a receber equipamentos para o GP do Brasil ▶ **p6**

SANTA CATARINA Estado autoriza início de projeto para construção de nova rodovia no Litoral ▶ **p7**

EDITORIAL

Um acordo pelo futuro

A assinatura de um acordo entre a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e o Ministério de Portos e Aeroportos, em prol da sustentabilidade no setor, é um passo importante para o desenvolvimento do mercado portuário brasileiro. Ao estabelecer metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover a sustentabilidade, o acordo ajuda na formação de uma nova era para a logística marítima no País.

A decisão de alinhar as operações portuárias brasileiras aos objetivos da Organização Marítima Internacional (IMO) demonstra a consciência do Governo e do setor privado sobre a importância de combater as mudanças climáticas e promover um desenvolvimento econômico em harmonia com o ecossistema. A meta de zerar as emissões até 2050 é ambiciosa, mas necessária para garantir um futuro mais limpo e saudável para as próximas gerações.

A parceria entre a ATP e o Ministério de Portos e Aeroportos é fundamental para alcançar esse objetivo. Ao unir forças, o setor público e o privado poderão compartilhar conhecimento, desenvolver soluções inovadoras e acelerar a transição para um modelo de transporte marítimo mais sustentável.

A criação de uma política de sustentabilidade para o setor marítimo, anunciada pelo Ministério, é um passo crucial nesse sentido. Essa política deverá estabelecer diretrizes e incentivos para que os portos brasileiros adotem tecnologias limpas, invistam em fontes de energia renovável e otimizem suas operações.

Deve-se destacar que a parceria entre a ATP e o Ministério de Portos e Aeroportos representa um avanço significativo para o setor portuário brasileiro. Ao estabelecer metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover a sustentabilidade, o acordo sinaliza um novo rumo para a logística marítima no País. No entanto, é fundamental que o Governo e o setor privado trabalhem em conjunto para superar os desafios e garantir a implementação das medidas necessárias para alcançar os objetivos propostos.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 3 Governo e setor privado firmam parceria para reduzir emissões nos portos

HUB

- 3 Sem produção de petróleo na margem equatorial, Brasil pode ter que voltar a importar petróleo, alerta Petrobras

NACIONAL

- 4 Diretor-geral da Antaq celebra avanço na revisão da Lei dos Portos

Para Fenop, anteprojeto é passo importante para melhorias

Lideranças sindicais buscam apoio contra mudanças e cogitam nova greve

- 5 Governo lança leilões de terminais portuários com investimento de R\$ 3,6 bi

Brasil e Portugal alinham estratégias para expansão portuária e aumento de voos

- 6 TCU autoriza prorrogação da concessão do Aeroporto de Guarulhos

Granel Química comemora 50 anos

REGIÃO SUDESTE

- 6 Aeroporto de Viracopos começa a receber equipamentos da Fórmula 1

REGIÃO SUL

- 7 SC autoriza início de projeto para construção de nova rodovia no Litoral



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousef Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnews.com.br

Alerta 1

Sem produção de petróleo na margem equatorial, área do litoral norte do País apontada como o novo pré-sal, o Brasil pode ter que voltar a importar petróleo dentro de dez anos. O alerta, feito nessa quinta-feira, dia 24, no Rio de Janeiro, foi da diretora de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras, Sylvia Anjos, e faz parte da campanha da estatal para obter licença para explorar a região. “O tempo está sendo muito crítico, em cinco, seis anos tem uma caída da produção do pré-sal e, com isso, a gente pode voltar a ser importador de petróleo em 2034, 2035, se a gente não tiver descobertas”, afirmou ao participar de uma aula aberta no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Alerta 2

A margem equatorial abrange uma área que vai da costa do Rio Grande do Norte ao Amapá, sendo comparada com o pré-sal devido ao grande potencial de encontrar reservatórios de petróleo. No entanto, a exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais. A Petrobras tem 16 poços na nova fronteira exploratória, no entanto, só tem autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para perfurar dois deles, na costa do Rio Grande do Norte.

Alerta 3

O Ibama negou a licença para outras áreas, como a da Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras pediu ao instituto, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), uma reconsideração e espera uma decisão.

Alerta 4

Sylvia contextualizou que o Brasil é autossuficiente em petróleo desde 2006. Atualmente, 81% da produção nacional são atribuídos ao pré-sal. Como faz parte do ciclo do petróleo o atingimento de um pico de produção seguido por declínio da quantidade de barris extraídos, a Petrobras busca novas áreas de exploração para que não haja recuo da produção de óleo e gás.

Mudanças climáticas

A estratégia para adaptar o Brasil à emergência causada pelas mudanças climáticas terá a participação da população, por meio de consulta pública. A primeira proposta desenvolvida pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com coautoria de outras 25 pastas, foi disponibilizada na Plataforma Brasil Participativo e receberá contribuições até o dia 13 de novembro.

Governo e setor privado firmam parceria para reduzir emissões nos portos

Ministério de Portos e Aeroportos se une à ATP com foco na descarbonização e adaptação às novas demandas ambientais

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redenebnews.com.br
YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) firmou na quinta-feira (24) um acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos para fomentar o desenvolvimento de ações e estudos em prol da sustentabilidade do setor portuário. O documento foi assinado durante o 11º Encontro ATP - Transição Energética no Transporte Marítimo, realizado em Brasília (DF), com base no compromisso firmado pelo Brasil com a Organização Marítima Internacional (IMO) em 2023, para zerar as emissões de gases de efeito estufa do setor até o ano de 2050.

O compromisso assumido pelo Governo Federal estipula que os padrões de emissões devem ser reduzidos em 20% até 2030 e em 70% até 2040.

A ATP vai elaborar estudos e relatórios técnicos sobre melhores práticas e relações sustentáveis, compartilhar dados e participar de reuniões técnicas com o Ministério, destinadas ao desenvolvimento da sustentabilidade do setor portuário.

A secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, destacou que o Governo está considerando o uso de suas linhas de fomento para financiar o setor privado, facilitando a adaptação às novas demandas energéticas e sustentáveis.

“3% de tudo que é emitido de gases de efeito estufa vêm do transporte marítimo. Só no ano de 2018, foram emitidas mais de 1 bilhão de toneladas de CO2”, explicou Pescatori. “Temos que fazer o nosso planejamento. 96% das mercadorias são transportadas pela via marítima e, se olharmos para os últimos 10 anos, estamos emitindo 20% a mais do que emitimos há 10 anos atrás. Então, a tendência sempre é de crescimento, e esse crescimento vai fazer com que tenhamos emissões maiores se não evoluirmos para combustíveis mais verdes”, completou.

Mariana também anunciou o lançamento de uma política de sustentabilidade para o setor marítimo, previsto para de-



Durante a aprovação do anteprojeto da Lei dos Portos houve desentendimento entre trabalhadores e membros da comissão de juristas responsável pela revisão do marco legal

zembro deste ano.

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, ressaltou que os próximos três anos serão decisivos no que se refere à redução de gases de efeito estufa no transporte marítimo, pois o acordo com a IMO impõe, a partir de 2027, penalidades aos países que não aderirem.

“Nosso compromisso com o setor é seguir trabalhando em articulação constante com o governo e entidades públicas e privadas para fortalecer o segmento portuário brasileiro”, disse Barbosa.

Acessos

Também presente no 11º Encontro ATP, o presidente da Confederação Nacional do Trans-

porte (CNT), Vander Costa, criticou a precariedade nos acessos aos portos brasileiros e a falta de políticas públicas que estimulem a intermodalidade no setor de logística.

“O acesso aos portos brasileiros é extremamente limitado. Nosso desafio é fazer com que investimentos e regulações sejam mais rápidos”, afirmou Costa.

O representante da maior instituição privada que representa o setor de transporte no Brasil mencionou que uma preocupação constante na entidade são os gargalos que ainda persistem ao estimular outros modais, especialmente o ferroviário. Costa ressaltou que esteve na China, onde testemunhou uma evolução impressionante do país em termos de in-

fraestrutura logística.

“A China, que há alguns anos não possuía uma estrutura ferroviária significativa, construiu 40.000 km de ferrovias em apenas 10 anos”, detalhou. “No Brasil, dos 30.000 km de ferrovias, segundo a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), um terço foi abandonado, e outro terço está em condições de permitir a passagem de um trem por dia”, concluiu.

Costa pontuou ainda as perdas de operação do modal no transporte de cargas, observando que, nos últimos anos, 5% da participação ferroviária foi distribuída para os segmentos rodoviário e portuário. Ele enfatizou que não é viável manter uma dependência de 65% das cargas transportadas pelas rodovias e permitir que esse percentual aumente.

“A CNT tem uma bandeira que é a multimodalidade. O desafio que temos agora é modificar o perfil logístico do país. Não podemos continuar a transportar cargas exclusivamente por caminhão. É fundamental melhorar os acessos terrestres aos portos, está terrível”.

Por fim, Costa anunciou que a CNT está desenvolvendo estudos e se coloca como parceira de entidades para promover mais iniciativas e avançar na evolução da descarbonização da logística no país.

NACIONAL

Diretor-geral da Antaq celebra avanço na revisão da Lei dos Portos

Eduardo Nery destaca a necessidade de equiparar a gestão pública à privada no setor portuário

Divulgação/Antaq

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebeneews.com.br
YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) celebrou na quinta-feira (24) a aprovação do anteprojeto aprovado pela comissão de juristas para revisão legal na exploração de portos e instalações portuárias (Cepertos) a lei dos Portos sancionada em 2013.

“Foi aprovado com propostas de mudanças importantes, caso venha a ser convertido em projeto de lei”, disse Nery durante o 11º Encontro ATP - Transição Energética no Transporte Marítimo, promovido pela Associação de Terminais Portuários Privados, em Brasília (DF).

“O principal destaque foi justamente a tentativa de equiparar portos públicos a portos privados. A agência (Antaq) já fez até um trabalho muito importante no ano passado. (...) O tribunal (TCU) já tinha feito



Segundo o diretor-geral da Antaq, as mudanças propostas pela Cepertos visam modernizar a gestão dos portos públicos, gerando debates entre trabalhadores e empresários

também. Isso acabou sendo uma baliza importante. Não no sentido de reduzir o desempenho dos terminais privados para equipará-los às ineficiências que ainda vemos em muitos

portos públicos, mas de elevar o padrão de gestão e operação das autoridades portuárias públicas”, disse Nery.

O texto aprovado ainda precisa tramitar pela Câmara dos Deputados e, caso seja aprovado, vai ao Senado. “Ainda que não venha ser convertido em projeto de lei, o que importa é toda a discussão que foi feita. A gente não pode abrir mão de melhorar a governança das autoridades portuárias públicas”, apontou o diretor-geral.

A matéria aprovada pela Cepertos tem causado discordância entre os empresários e os dirigentes das federações de trabalhadores. Os sindicalistas têm apontado que os trabalhadores não foram ouvidos e podem perder direitos. Já os empresários defendem que estão modernizando o setor para atrair mais investimentos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, concordou que não houve diálogo suficiente sobre o texto e se comprometeu a entrar na discussão da tramitação do projeto de lei.

Para Fenop, anteprojeto é passo importante para melhorias

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br
Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) se manifestou na quinta-feira (24) a respeito da aprovação do anteprojeto de revisão da Lei dos Portos, ratificada no dia anterior

or pela Comissão de Juristas Para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos). Por meio de nota, a entidade disse entender que o resultado “foi importante e o texto aponta para melhorias em todos os pontos necessários”.

“Agora é aguardar os encaminhamentos do parlamento, respeitando os naturais debates e encaminhamentos da de-

mocracia”, prosseguiu a Fenop.

A federação reitera que apresentou propostas conjuntas com a Coalizão Empresarial Portuária, defendendo a competitividade tanto dos trabalhadores avulsos quanto dos vinculados. Além disso, sublinhou a relevância das operações realizadas em cais públicos e das operações especializadas, lembrando que ainda existem portos e cargas que de-

pendem dessas modalidades de trabalho e de operadores de cais público.

O BE News pediu a opinião de representantes de outras entidades ligadas ao setor portuário sobre o assunto. O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, afirmou que ainda não há elementos suficientes para analisar o anteprojeto que

está sendo discutido na comissão. “O que é sabido é que os trabalhadores participaram das audiências públicas”, disse ele.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, afirmou que ainda não teve acesso à versão oficial do que está sendo discutido na comissão e preferiu não se manifestar no momento.

Lideranças sindicais buscam apoio contra mudanças e cogitam nova greves

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Os presidentes de três entidades que representam os trabalhadores portuários estão em Brasília (DF), buscando apoio do Governo Federal e de alguns parlamentares para que o anteprojeto de revisão da Lei dos Portos não tramite na Câmara dos Deputados.

Na quinta-feira (24), José Adilson Pereira, presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Mário Teixeira, presidente da Fenccovib (entidade que representa conferentes, consertadores, vigias, trabalhadores de bloco, arrumadores e amarradores de navios), e Sérgio Giannetto, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), gravaram um vídeo anunciando os próximos passos

de mobilização.

“Ficou definido que vamos seguir com o que já havia sido definido nas outras plenárias, de ir para 18 horas de greve”, disse Pereira, referindo-se à paralisação de 12 horas nos principais portos do país, ocorrida na terça-feira (22).

“Mas antes de chegar à conclusão no dia, vamos fazer todo o giro de discussão com o Governo Federal, com alguns

parlamentares, para fazer uma avaliação do nosso cenário e definir o dia de continuarmos com a nossa mobilização em defesa do mercado dos trabalhadores portuários”.

Segundo Mário Teixeira, no momento em que gravavam o vídeo, os três estavam prestes a se encontrar com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, “que já faz parte da nossa articulação junto ao Go-

verno para pedir um apoio político, principalmente para vetarmos a tramitação desse desastroso anteprojeto na Câmara dos Deputados”.

“O mais importante é que nós, portuários de Norte a Sul do Brasil, de todos os portos, estamos unidos, prontos para alcançar o que é justo e necessário para a categoria. Juntos, somos muito mais fortes”, finalizou Giannetto.

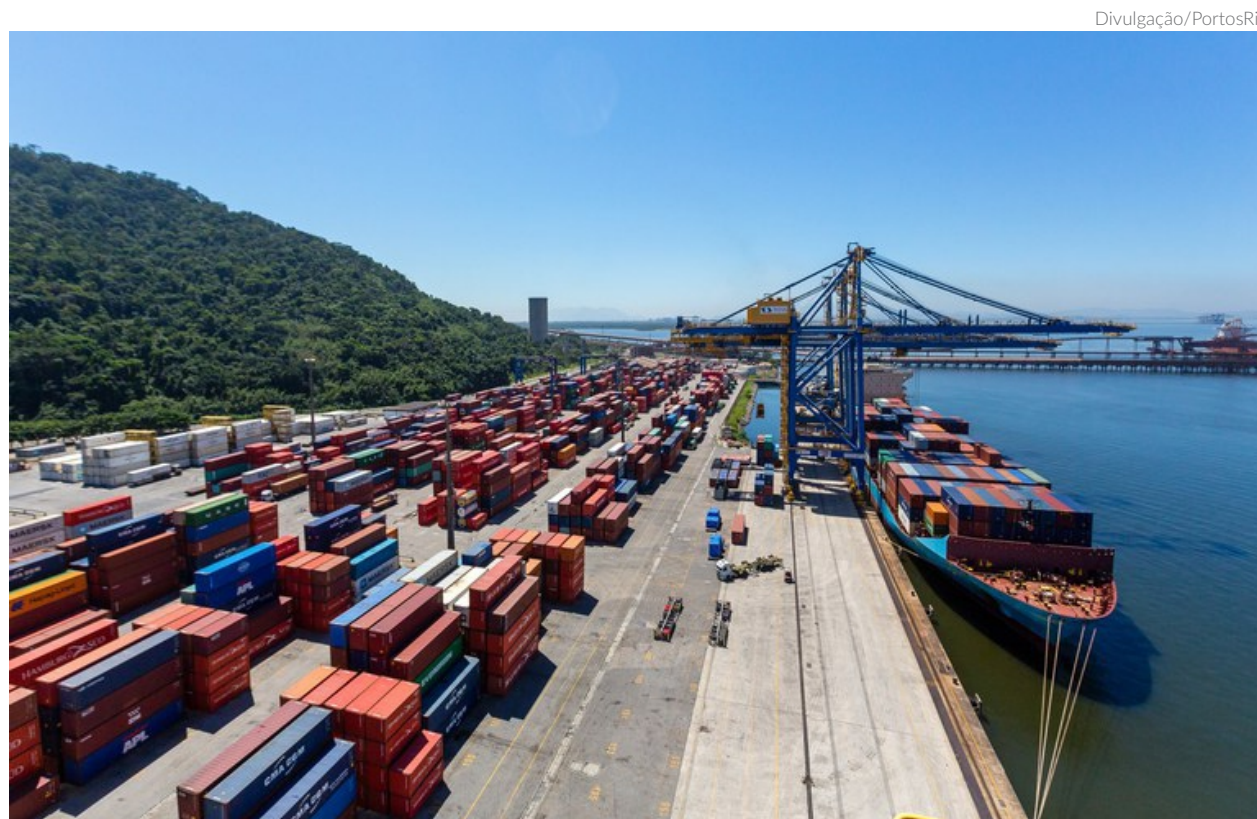
Governo lança leilões de terminais portuários com investimento de R\$ 3,6 bi

Aportes em Maceió, Santana e Itaguaí visam ampliar capacidade de movimentação de cargas e gerar milhares de empregos diretos e indiretos

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Governo Federal anunciou na quinta-feira (24) a publicação dos editais para os leilões de três importantes terminais portuários: MAC16, no Porto de Maceió, em Alagoas; MCP03, no Porto de Santana, no Amapá; e ITG02, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Marcados para o dia 18 de dezembro, os leilões fazem parte de uma série de iniciativas para atrair investimentos no setor portuário, com um aporte total estimado em R\$ 3,6 bilhões.

O terminal ITG02, em Itaguaí, prevê investimentos de cerca de R\$ 3,53 bilhões nos primeiros anos do contrato, com capacidade para movimentar até 20 milhões de toneladas por ano, especialmente minério de ferro. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) indica que o projeto gerará aproximadamente 2.800 empregos indiretos du-



Divulgação/PortosRio

O ITG02, em Itaguaí, prevê investimentos de cerca de R\$ 3,53 bilhões nos primeiros anos do contrato, com capacidade para movimentar até 20 milhões de toneladas por ano

rante as obras, além de 250 empregos diretos e 1.800 indiretos na fase de operação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância desses leilões para a economia brasileira: "Os leilões realizados e os previstos evidenciam o imenso potencial do Brasil para a movi-

mentação internacional de cargas. Isso significa mais economia, emprego e renda para a população", afirmou.

O Governo Federal estima que o terminal MAC16, em Maceió, deverá receber um investimento direto de R\$ 6,18 bilhões. Diferentemente dos outros projetos, por ser um arren-

damento simplificado com prazo de cinco anos, o processo de audiência e consulta públicas foi dispensado. A área será utilizada para movimentação e armazenagem de grãos sólidos em geral, com o estudo inicial ajustado para ampliar a atratividade, passando a incluir outros tipos de carga além do concen-

trado de cobre, conforme o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto.

Já o terminal MCP03, no Porto de Santana, terá um investimento de R\$ 88,89 milhões ao longo dos 25 anos de contrato. A área será destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, com destaque para soja e milho. O projeto foi submetido a audiência e consulta pública em agosto do ano passado, sendo aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) após análise do EVTEA elaborado pela Infra S.A..

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, também destacou o impacto econômico positivo dos investimentos portuários: "A geração de receita, renda e emprego é extremamente vinculada ao setor portuário, principalmente quando temos novos investimentos", afirmou, mencionando as diversas fases que envolvem o setor, desde as obras até a fase operacional, que movimentam a economia local e nacional.

Brasil e Portugal alinham estratégias para expansão portuária e aumento de voos

Reunião destaca oportunidades de negócios, sustentabilidade e fortalecimento das rotas comerciais e turísticas

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O plano estratégico nas áreas portuárias e aeroportuárias foi o principal tema da reunião realizada na quinta-feira (24) entre o ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, e o ministro de Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz. O encontro, ocorrido em Lisboa, também teve como objetivo fortalecer as relações comerciais entre Brasil e Portugal, destacando o papel estratégico do país europeu como um dos principais investidores no Brasil, além de explorar o potencial de expansão desse capital em território brasileiro.

Silvio Costa Filho destacou que é "sempre muito bom poder dialogar com o governo portu-



Divulgação/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, e sua comitiva se encontraram com o ministro de Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz

guês, falar sobre as oportunidades de negócios entre os dois países e apresentar a carteira de investimento dos leilões que nós vamos fazer nesses próximos 30 meses". O ministro enfatizou o ambiente favorável para que as empresas de ambas as nações ampliem seus investimentos, beneficiando as economias dos dois países. Ele res-

saltou que o objetivo do governo brasileiro é "promover um ambiente de negócios eficiente, seguro e transparente para empresários que desejam investir no Brasil".

Durante o encontro, Costa Filho também mencionou o amplo programa de concessões do Governo Federal nos setores portuário e hidroviário, muitas

delas já envolvendo parcerias com empresas portuguesas. Além disso, o aumento da conectividade aérea entre Brasil e Portugal foi pauta de destaque. Portugal é o país europeu com maior número de passageiros em viagens ao Brasil, transportando quase 2 milhões de turistas, o que representa 32% dos viajantes europeus para o país.

Com o intuito de aumentar o fluxo de turistas e facilitar o intercâmbio econômico e comercial, o governo brasileiro manifestou apoio à ampliação de voos comerciais entre os dois países. Uma companhia aérea brasileira, inclusive, está em processo para obter mais slots no Aeroporto Internacional de Lisboa, o que fortalecerá ainda mais as relações bilaterais, ao proporcionar mais opções de conectividade tanto para negócios quanto para turismo.

Na área portuária, ambos os ministros concordaram sobre a importância de reforçar as ligações marítimas entre Brasil e Portugal, com foco em sustentabilidade, digitalização e capacitação, como pilares estratégicos para essa cooperação.

NACIONAL

TCU autoriza prorrogação da concessão do Aeroporto de Guarulhos

Concessionária se comprometeu a investir R\$ 1,4 bi em melhorias, incluindo expansão de terminais de passageiros e pistas de aeronaves

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redebeneews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (23), a prorrogação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) em 16 meses, com a operação se estendendo até 2033. Em contrapartida, a concessionária se comprometeu a investir R\$ 1,4 bilhão em melhorias, incluindo expansão de terminais de passageiros e das pistas de aeronaves.

O contrato estava previsto para terminar em 11 de julho de 2032. Pela decisão do TCU, foi

prorrogado até o dia 23 de novembro de 2033. Entre as medidas definidas pelo acordo, a concessionária irá construir um novo píer para voos internacionais e outro para voos domésticos, além de ampliar o pátio de aeronaves e pistas de taxiamento e investir em eficiência e segurança.

Primeiro caso de revisão contratual de concessionária aeroportuária aprovado pela comissão consensual estabelecida no âmbito do TCU (Secex-Consenso), a decisão servirá de referência para futuras análises. "Foi uma decisão construída com muito diálogo para garantir a melhor solução para o país. Quero publicamente agradecer ao Tribunal de Contas da União

pelo papel institucional que vem tendo em defesa das pautas de interesse do Brasil. Não tenho dúvida que estes investimentos privados adicionais serão fundamentais para o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária brasileira", avaliou o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

O TCU aprovou ainda a política pública que cria o Pipar (Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais), que prevê a inclusão de aeroportos regionais deficitários mas estratégicos para o país aos contratos de concessão existentes. Este processo deverá ser regulamentado nos próximos dias, após consulta pública. O programa pretende definir

blocos de aeroportos regionais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há necessidade de infraestrutura aeroportuária para fins sociais, mas não há ainda viabilidade e interesse comercial. Pelo processo de contratação simplificado aprovado pelo TCU, as concessionárias participarão de um leilão para assumir blocos de aeroportos regionais, tendo como contrapartida aos investimentos necessários o reequilíbrio dos contratos que poderão se dar, por exemplo, por extensão de prazo.

Destravar investimentos

Segundo o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o

programa de investimentos privados em aeroportos regionais tem o potencial de destravar investimentos produtivos em aeroportos por todo o Brasil. Estima-se até R\$ 3,5 bilhões de investimentos considerando todo o conjunto de aeroportos que poderão compor o programa.

"O Pipar vai se basear nos aeroportos estratégicos definidos pelo Plano de Aviação Nacional, localizados em todas as regiões do Brasil, com especial atenção para a Amazônia Legal e para o Nordeste, viabilizando dezenas de aeroportos que precisam de novos investimentos e gestão continuada para o adequado desenvolvimento da aviação", reforçou o ministro.

Granel Química comemora 50 anos

Líder em movimentação e armazenagem de granéis químicos no Brasil, a Granel Química reuniu executivos, acionistas, colaboradores e parceiros na noite

dessa quinta-feira, dia 24, para celebrar seus 50 anos. Parte do Grupo Odjfell, a empresa conta com sete terminais no País e prepara a inauguração do oitavo. O

primeiro deles foi construído no Porto de Santos (SP). O evento dessa quinta-feira ocorreu na sede da Sociedade Hípica Paulista, em São Paulo (SP), e contou com a participação do CEO da Odjfell Terminals South America, Ary Serpa Júnior, do gerente-geral da Granel Química, Edson Souki, e do acionista Carl Odjfell (na foto).



Divulgação

REGIÃO SUDESTE

Aeroporto de Viracopos começa a receber equipamentos da Fórmula 1

São esperados mais sete voos com equipamentos e os carros da categoria para corrida no Brasil

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Equipamentos que serão usados para o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1, em Interlagos, começaram a desembarcar no Brasil pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. O primeiro carregamento chegou no terminal na tarde de quarta-feira (23). De acordo com a concessionária que administra o aeroporto, serão aproximadamente 600 toneladas transportadas por oito aeronaves Boeing.

O primeiro voo, vindo da cidade de Austin, nos Estados Unidos (EUA), pousou em Viracopos às 11h50, com cerca de 64 toneladas de carga trazidas em uma

aeronave Boeing 747-400. Foram descarregados equipamentos de som, imagem e iluminação.

Segundo a concessionária, Viracopos receberá mais sete voos com equipamentos no Terminal de Cargas (Teca). As aeronaves estão previstas para desembarcar nos dias 28, 29 e 30 deste mês, com carros e demais equipamentos das equipes.

Após a realização da corrida, todos os carros e equipamentos sairão do Brasil também por Viracopos. Eles serão embarcados em oito voos, que vão decolar nos dias 3 e 4 de novembro, com destino a Las Vegas (EUA).

A operação marca a 22ª vez consecutiva em que o embarque e desembarque de equipamentos da Fórmula 1 para o GP do Brasil é realizado pelo



Divulgação/Aeroportos Brasil Viracopos

De acordo com a concessionária que administra o Aeroporto de Viracopos, serão cerca de 600 toneladas de equipamentos da Fórmula 1 transportadas por oito aeronaves Boeing

Aeroporto de Viracopos.

Operação especial

Segundo informou a concessionária que administra o terminal, os carros e equipes da Fórmula 1 serão transportados em comboios de carretas para Interlagos. O primeiro comboio, com os equipamentos do primeiro voo,

com oito carretas, seguiu na tarde de quarta-feira para a capital paulista.

Toda a operação envolve pelo menos 100 pessoas de diversas áreas do aeroporto, incluindo órgãos públicos, agentes de carga, companhias aéreas e empresas contratadas para o transporte e a logística da operação.

Estão previstas pelo menos 100 viagens de carretas para transportar todos os equipamentos e carros dos oito voos até São Paulo.

"A chegada dos equipamentos da Fórmula 1 representa um marco importante para Viracopos, reforçando nossa posição como um dos principais aeroportos de carga do país. Estamos sempre comprometidos em garantir uma operação eficiente e segura para o sucesso do evento", disse a diretora comercial de Viracopos, Maria Fan.

SC autoriza início de projeto para construção de nova rodovia no Litoral

Denominado de Via Mar, corredor estadual vai beneficiar tráfego de veículos aos portos do estado

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

O Governo de Santa Catarina autorizou o início do projeto para viabilizar a construção de uma rodovia estadual paralela à BR-101, no litoral catarinense. Denominado Via Mar, o novo corredor rodoviário se apresenta como uma alternativa à rodovia federal, e tem como objetivo reduzir o tráfego de veículos e veículos de carga entre Florianópolis e a região Norte do estado.

O novo corredor litorâneo terá 145 quilômetros de estrada, entre os municípios de Joinville e Biguaçu, fazendo a conexão da cidade mais populosa do estado com o Contorno Viário

de Florianópolis.

A assinatura, ocorrida nesta semana, representa a fase de planejamento, que inclui estudos de impactos ambientais e traçado técnico. A obra foi dividida em cinco lotes, sendo que a ordem de serviço dos projetos executivos são para quatro lotes, que vão de Joinville até Itajaí.

Na solenidade, o governador Jorginho Mello (PL) destacou que a nova rodovia terá papel fundamental para impulsionar toda a cadeia logística de Santa Catarina, beneficiando indústrias e portos.

“Nós estamos aplicando mais de R\$ 3 bilhões para melhorar a nossa malha viária de Santa Catarina. E hoje esse lançamento é mais um grande avanço do nosso governo, trazendo essa nova rota pela Via Mar, sendo uma alternativa para se deslocar da Grande Flo-



Divulgação

BR-101: o novo corredor rodoviário se apresenta como uma alternativa à rodovia federal, e visa reduzir o tráfego de veículos e veículos de carga entre Florianópolis e a região Norte

Impactos

A Via Mar é projetada para desafogar o trânsito da BR-101, oferecendo uma nova rota para escoamento de produtos. Além disso, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento, a região concentra 60% da população catarinense. A expectativa é que a Via Mar tenha impacto direto no transporte de produtos industriais, agrícolas e pesqueiros, além de promover o turismo ao facilitar o acesso a diversos destinos do litoral catarinense.

A previsão é que a nova rodovia melhore o fluxo de caminhões que abastecem os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, reduzindo custos e tempo de deslocamento para as empresas.

rianópolis até Joinville. Aqui é o primeiro passo para a realização dos projetos executivos dessa obra que trará um grande avanço para Santa Catarina, principalmente na logística e no transporte de cargas”, destacou o governador.

A previsão é que a construção da Via Mar seja iniciada após a conclusão dos projetos e autorizações das licenças ambi-

entais através de uma parceria público-privada (PPP).

A BR-101, no trecho de Santa Catarina, é considerada uma das principais rodovias em termos de tráfego de veículos no estado, e vem sofrendo com importantes gargalos, principalmente no conflito entre veículos de passeio e veículos de carga que acessam os portos catarinenses.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews

www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV